



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei de Registros Públicos, estabelecendo a gratuidade do registro de nascimento e das respectivas certidões.

DESPACHO: COM. CONST. E JUSTIÇA - FINANÇAS

*A' Com. Justiça* em *15* de *março* de 19 *89*

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Deputado* \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de *Justiça e Redação* \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 342 DE 1988



# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 342, DE 1988

(DO SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA)



Acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei de Registros Públicos, estabelecendo a gratuidade do registro de nascimento e das respectivas certidões.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FINANÇAS)



*[Handwritten signature]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 342, DE 1988

Acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei de Registros Públicos, estabelecendo a gratuidade do registro de nascimento e das respectivas certidões.

AL

Do Deputado INOCÊNCIO ~~DE~~ OLIVEIRA

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 50 da Lei nº 6015, de 31-12-73, alterada pelas Lei nºs. 6140, de 28-11-74 e 6.216, de 30-6-75, o seguinte § 5º:

"§ 5º - Serão gratuitos o registro de nascimento e as respectivas certidões".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A Lei de Registros Públicos, que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1973 dispõe em seu art. 50 que todo nascimento de verã ser dado a registro, dentro do prazo de 15 dias, ampliando se até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

O Estado obriga o cidadão a registrar os seus filhos e lhe assistem ponderadas razões para essa exigência. As estatísticas do IBGE ficam seriamente prejudicadas pela falta de registros de nascimentos e de óbitos. Por outro lado, a falta de registro de nascimento, impossibilita o brasileiro de conseguir os outros documentos de que vai necessitar durante toda a vida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Não são poucas as barreiras que precisam transpor comprovadamente pobres para a obtenção de gratuidade do registro de nascimento e das respectivas certidões. Muitos terminam por desistir do registro de seus filhos, em face das dificuldades que encontram.

Por essa razão, apresentamos o projeto de lei presente, estabelecendo a gratuidade do registro e das certidões de nascimento.

Essa gratuidade não se restringe aos comprovadamente pobres, mas a todos os brasileiros, sem qualquer distinção.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 1988

Deputado INOCÊNCIO DE OLIVEIRA





CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 6.015 — DE 31 DE DEZEMBRO  
DE 1973

*Dispõe sobre os registros públicos e  
dá outras providências*

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito (8) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior, com a indicação dos nomes das pessoas às quais se refiram os registros.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os mapas serão arquivados e deles poderão ser dadas certidões referentes aos atos registrados, em caso de perda ou deterioração dos livros originais.

§ 3º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 50. Os oficiais do registro serão ainda obrigados a satisfazer às exigências da legislação federal sobre alistamento e sorteio militar, sob as sanções nela estabelecidas.

CAPÍTULO IV

*Do nascimento*

Art. 51. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no cartório do lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro de quinze (15) dias, ampliando-se até três (3) meses para os lugares distantes mais de trinta (30) quilômetros da sede do cartório.

§ 1º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

§ 2º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 4º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Art. 55. O assento do nascimento deverá conter:

7º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram e a sua residência atual;





CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 6.140 — DE 28 DE NOVEMBRO  
DE 1974

*Dá nova redação ao artigo 49 e seus parágrafos, e ao item 7º, do artigo 55, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 49 e seus parágrafos, e o item 7º, do artigo 55, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

.....  
Art. 55 — .....

7º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal”.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor a 1º de julho de 1975.

Brasília, 28 de novembro de 1974;  
153º da Independência e 36º da República.

ERNESTO GEISEL  
Armando Falcão





CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 6.216 — DE 30 DE JUNHO  
DE 1975

Altera a Lei n.º 6.015, de 31 de de-  
zembro de 1973, que dispõe sobre  
os registros públicos.

CAPÍTULO III

*Das Penalidades*

Arts. 48 a 49 — mantidos.

Art. 50. supressão.

CAPÍTULO IV

*Do Nascimento*

Art. 51. passa a art. 50, com nova  
redação do "caput", mantidos os pa-  
rágrafos.

Art. 50. Todo nascimento que  
ocorrer no território nacional deverá  
ser dado a registro, (VETADO) no  
lugar em que tiver ocorrido o parto  
(VETADO), dentro do prazo de 15

(quinze) dias, ampliando-se até 3  
(três) meses para os lugares dis-  
tantes mais de 30 (trinta) quilôme-  
tros da sede do cartório".



## This image shows a single sheet of white, lined notebook paper. The paper has horizontal ruling lines spaced evenly down its length. There are approximately 20 lines visible. The paper appears slightly aged or off-white. There is no handwriting or other markings on the page.

DOCUMENTOS ANEXADOS: \_\_\_\_\_